

Vozes políticas no discurso mediático sobre o ambiente

RUI RAMOS¹

rgramos@ie.uminho.pt

Situando-se no quadro da Análise do Discurso, o presente texto descreve e analisa aspetos funcionais e configuracionais relevantes de um breve *corpus* de artigos jornalísticos contemporâneos que tocam a problemática ambiental.

Em particular, analisa o modo como é criado / ampliado pelo jornalista relator um conflito entre o discurso da Ministra do Ambiente e uma voz comum implícita ou explicitamente evocada, e como é oferecida ao público, nestes textos, uma credibilidade fragilizada da figura do político.

Pretende, desta forma, constituir um contributo válido para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa contemporânea, numa época em que o ambientalismo é um discurso fortemente operativo na esfera pública nacional.

Political voices in media discourse on the environment

Within the framework of discourse analysis, this text describes and analyzes relevant functional and formal aspects of a brief corpus of media contemporary articles on environmental issues.

It specifically examines how the journalist creates/expands a conflict between the speech of the Minister of the Environment and a common voice, implicitly or explicitly mentioned, and the way these texts provide the public with a fragile credibility of politicians.

The objective, therefore, is to present a contribution to the description of environmental rhetoric in contemporary Portuguese generalist press, when environmentalism is a relevant discourse in the public sphere.

1. Introdução

O presente texto pretende constituir um contributo para a descrição do discurso sobre o ambiente nos *media* (em particular, na imprensa generalista escrita), focalizando a sua atenção sobre a heterogeneidade enunciativa e a modalização que nele se manifestam, analisando em concreto como a voz de alguns atores políticos se cruza e conflitua com outras vozes presentes no espaço público.

“A imprensa é, por excelência, o lugar do relato de discursos”, afirma Duarte (2003: 97). De facto, mesmo uma análise elementar, ao nível não científico, identifica facilmente “discursos do outro” ou “outros discursos” nos textos da imprensa. A polifonia que nestes se estabelece é notória e organiza-se em dois níveis distintos.

O primeiro destes níveis respeita a uma dimensão não técnica e é testemunhado pelas múltiplas fontes produtoras de textos publicados nos jornais. Assim, a par da palavra de cada jornalista de cada jornal, identifica-se a presença de textos de outros jornalistas e de outros jornais, de agências de informação, de cronistas, de líderes de opinião, de colaboradores regulares ou ocasionais, de leitores, etc.

O segundo nível respeita aos mecanismos de citação, quer mostrando a voz do outro, através de recursos variados, quer remetendo para evocações mais indiretas ou veladas de outros discursos, factuais e pretéritos ou suspeitados e futuros. Esta é uma área que congrega os mecanismos formais de citação e é igualmente uma dimensão constitutiva da língua (Authier-Revuz, 1984), pois esta está internamente organizada de acordo com uma “matriz dialógica ou dialogal” (Fonseca, 1992: 263), e assim se plasma em discurso.

O cruzamento de vozes na imprensa é reconhecido e tomado como natural: cada edição de jornal constitui-se como produto de uma multiplicidade de autores e, sobretudo, o discurso jornalístico é construído sobre estratégias polifónicas de evocação de vozes alheias, porque

¹ Universidade do Minho, Instituto de Educação, Braga, Portugal

boa parte do material jornalístico respeita ao dito, a enunciações de outrem, filtradas e retomadas no discurso do jornalista.

Há ainda que assinalar que o discurso sobre o ambiente, ou ambientalismo, se constitui como discurso dominante (Jung, 2001) na esfera pública, colaborando na construção e desenvolvendo-se sobre uma “memória interdiscursiva”, ou seja, os discursos significativos na configuração das experiências “em segunda mão” mediadas pelos meios de comunicação social, com capacidade de intervenção social transversal não negligenciável. É neste sentido que Susan Miller (1991) usa a metáfora que associa o discurso sobre o ambiente na esfera pública e um “carnaval textual”, metáfora que será retomada por Myerson e Rydin (1996), no que referem como “environet”, um agregado dinâmico de textos de teor ambiental estabelecido sobre o cruzamento de vozes plurais – as vozes prestigiadas e as periféricas, as autorizadas e as leigas, as apaziguadoras e as agónicas, as pretensamente permanentes e as assumidamente transitórias.

2. As vozes do discurso mediático sobre o ambiente

Provavelmente, não é possível caracterizar o discurso sobre o ambiente na imprensa generalista portuguesa contemporânea através de uma marca única, singular e final, que o distinga de toda a rede de discursos que cruzam no espaço público. Poderá, contudo, afirmar-se a existência de um conjunto de marcas que o individualizam face aos restantes discursos constituídos publicamente, e que resulta de uma combinação particular de características. Uma delas, imediatamente identificável, e fortemente operativa no seu desenho, é a presença relevante de um interdiscurso científico – o que leva a afirmar que o discurso mediático ambiental se encontra interseccionado pelo discurso da ciência. Tivemos oportunidade de contribuir, em vários estudos, para a análise e descrição dessas marcas (cf.: Ramos, 2008, 2009a, 2009b; Ramos & Carvalho, 2008²). O discurso da ciência, seja através da evocação das vozes dos cientistas, seja através da citação de estudos e relatórios, autoriza o discurso mediático ambiental, oferece-lhe vocabulário e modos de organização preferenciais, seja ao nível local, seja ao nível global, e confere frequentemente a este uma didaticidade a assinalar (cf.: Moirand, 1992).

Mas o discurso mediático sobre o ambiente apresenta igualmente uma outra dimensão, que importa identificar. Trata-se de um discurso agónico, na medida em se constitui na esfera pública e congrega vontades divergentes, discursos conflituantes, opções variadas. Se, em muitos casos, o seu destinatário final é o cidadão comum, e junto deste procura fazer valer os seus argumentos e efetivar os seus efeitos perlocutórios, em muitos outros casos os destinatários finais são os decisores políticos. Estes são igualmente convocados, a sua voz encontra eco na imprensa quando são tratados temas ambientais, são chamados a contrapor reclamações de populações, ativistas ambientais ou interesses diversos, são confrontados com a voz comum dos cidadãos, do bom-senso, do que pode ser esperado como “normalidade”.

Porém, a sua voz não deixa de ser mediada pelo jornalista. Mesmo quando este aparenta absoluta isenção na reprodução fidedigna da voz dos decisores políticos, nomeadamente pelo uso daquela forma de relato de discurso que mais se identifica com a reprodução fiel e literal do discurso de outrem que é o discurso direto, não pode ultrapassar a subjetividade inerente ao uso da palavra. Importa, por isso, para a descrição do objeto em análise, verificar qual o tipo e grau de modalização operada pelo jornalista mediador entre o discurso dos decisores políticos e o público. Tal pode ser realizado de várias formas; neste caso, dar-se-á especial atenção aos mecanismos de introdução dos discursos daqueles e a evocação de discursos conflituantes com o do decisor político.

3. Metodologia e corpus

Para este breve estudo, foi recolhido um conjunto de textos presentes nas edições *online* de quatro jornais generalistas portugueses: o semanário *Expresso* e os diários *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*, entre 1 e 31 de Outubro de 2010. A pesquisa foi realizada através dos recursos disponibilizados pelo portal “Europe Media Monitor” (<http://emm.newsbrief.eu/overview.html>), que monitoriza e oferece aqueles resultados.

No recorte deste *corpus*, foram realizados dois passos: o primeiro constituiu numa pesquisa usando as palavras-chave “ministra do ambiente”; o segundo passo correspondeu à

² Nestes estudos poderá encontrar-se um conjunto de referências a outros estudos relevantes.

seleção, entre os artigos inicialmente identificados, daqueles que respeitam à Ministra portuguesa (vários dos artigos inicialmente selecionados referem-se às eleições presidenciais no Brasil, onde uma das candidatas ocupou aquele cargo governativo) e que, de alguma forma, dão a ouvir a sua voz (não somente que a mencionam).

O *corpus* restringe-se, então, a dez artigos (cf.: anexo 1): dois artigos do semanário *Expresso*, um artigo do *Diário de Notícias*, dois do *Jornal de Notícias* e cinco do *Público*.

A escolha de versões *online* apresenta algumas limitações: são frequentemente textos que não correspondem à versão final que será impressa, ou mesmo textos que não serão impressos; podem pertencer mais às agências noticiosas do que ao próprio jornal, sendo objeto de edição elementar; e poderão não corresponder inteiramente, por isso, à linha editorial do jornal. Ainda assim, é decisão do jornal aceitá-los das suas fontes e disponibilizá-los nas suas edições *online*, e alguma edição básica é realizada; mas, sobretudo, estes textos encerram o potencial de ser imediatamente acedidos pela crescente comunidade de leitores em meio informático e de logo passarem, “partilhados” ou difundidos, para os espaços virtuais de interação social (Facebook ou Twitter, por exemplo), partilha que os mesmos facilitam e até sugerem, através das ligações fáceis que permitem. Desta forma, os textos acabam por adquirir um poder acrescido de chegar a um público alargado e por fomentarem a discussão na esfera pública.

A análise pretende averiguar como ecoa nestes jornais a voz da responsável máxima da política de ambiente, com que outras vozes esta se cruza e partilha o espaço público, e que imagem é traçada pelos enunciadores jornalistas (mediadores) das vozes dos decisores políticos, através dos mecanismos de relato de discurso e de outras formas de evocação do discurso alheio. Os procedimentos analíticos restringem-se ao material verbal, não considerando as imagens ou ilustrações que o acompanham, assim como as respetivas legendas.

4. Os resultados observados

4.1. Questão de referência

Nos textos do *corpus*, a Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, Dulce Pássaro, é referenciada de oito formas diferentes:

“governante”: 3 vezes;

“Ministra”: 11 vezes;

“Ministra da tutela”: 2 vezes;

“Ministra do Ambiente”: 6 vezes;

“Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, Dulce Pássaro”: 2 vezes;

“Ministra do Ambiente, Dulce Pássaro”: 4 vezes;

“Ministra Dulce Pássaro”: 1 vez;

“Dulce Pássaro”: 9 vezes.

Algumas destas opções decorrem do facto de os jornalistas evitarem repetir a mesma expressão referencial: depois de inserirem o referente com a menção completa da função que desempenha e, por vezes, o nome, passam a referi-la de forma mais económica, num processo anafórico, optando por expressões como “ministra” ou “Dulce Pássaro”. É o caso do texto apresentado abaixo, um breve apontamento de 242 palavras (além do título), organizado em cinco parágrafos, que inclui seis formas diferentes de referenciar a Ministra:

- (1) “A **ministra do Ambiente, Dulce Pássaro**, garantiu (...) Questionada sobre a data provável de publicação do documento, (...) a **Ministra** (...) **Dulce Pássaro** deslocou-se às zonas da Pedra Bela (...) A **ministra** garantiu, ainda, que (...) “O Ministério discriminou positivamente (...), afirmou **Dulce Pássaro**. A **governante** falava (...)” (*Jornal de Notícias*, 16/10/2010)

Contudo, ocorre igualmente que alguns textos referenciam a titular do cargo num momento inicial através de uma expressão mais genérica e só na sequência do desenvolvimento textual oferecem à leitura uma expressão referencial completa, num processo catafórico que gera alguma tensão / expectativa, na medida em que a informação

inicial não é completa e o leitor necessita de continuar a leitura do texto para ver preenchido o vazio cognitivo gerado. Este recurso pode ser exemplificado pelo excerto seguinte:

- (2) “Ambiente: Projetos prioritários em curso com apoio comunitário concretizam-se para não se perder ajudas - **ministra**

Lisboa, 01 out (Lusa) - Os projetos prioritários da área do Ambiente em curso (...) afirmou hoje a **ministra da tutela**, (...) Num contexto de contenção orçamental, (...), disse a **ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dulce Pássaro**.” (*Expresso*, 1/10/2010)

Seja de uma forma ou de outra, parece poder afirmar-se que os textos recolhidos referenciam com relevo a figura da Ministra, não deixando de a identificar de modo completo. Esta observação pode sustentar a saliência que os jornais conferem à figura dos governantes e aos seus discursos, contribuindo para a perceção pública do grande impacto das suas decisões sobre a vida individual e coletiva dos cidadãos portugueses.

4.2. Outras vozes

Cruzam-se com a voz da Ministra várias outras vozes, explicitamente referenciadas. Trata-se de autarcas locais, um Secretário de Estado, o Diretor do Parque Natural da Peneda-Gerês, uma eurodeputada e deputados nacionais. A forma de referenciar estes enunciadores é semelhante à identificada para referenciar a Ministra, com o cargo e o nome respetivo. Esta constatação poderá sugerir que os jornalistas reconhecem validade às vozes autorizadas pelo sistema político, intensificando e perpetuando os mecanismos de poder público. Só num dos textos (*Jornal de Notícias*, 6/1/2010) há a citação de uma moradora numa zona afetada por cheias, no que poderia ser classificado como uma impressão de cor local a emprestar à peça jornalística a necessária dose de credibilidade. Mas, enquanto todos os restantes protagonistas são identificados pela função política ou pública que desempenham e pelo nome próprio e apelido, esta cidadã é identificada como moradora e só pelo que se suspeita ser o nome próprio, sem a importância que aos restantes enunciadores é atribuída:

- (3) ““Ó senhor presidente, estamos aqui esquecidos?”, atira Maria Aurora, a viver paredes meias com o rio Tinto há 26 anos. “Isto é para passarmos a noite a espreitar”, diz a moradora.” (*Jornal de Notícias*, 6/1/2010)

Apesar de haver um imenso número de associações e grupos de cidadãos, de âmbito nacional e local, com preocupações e intervenção ao nível da defesa ambiental, nenhum é explicitamente evocado nos textos recolhidos. Verifica-se, assim, uma distinção relevante entre a forma de encarar os cidadãos anónimos e os detentores de cargos políticos no que respeita ao seu acesso ativo ao espaço público, uma forma de modalização avaliativa que o discurso do jornalista permite identificar.

4.3. Polemicidade

As formas de evocar o discurso alheio identificadas no *corpus* abarcam as várias possibilidades: discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre e formas difusas de citação.

A presente investigação, porém, não se centrará nesses mecanismos, mas essencialmente nos *verba dicendi* e restantes instrumentos de introdução desse discurso relatado e de outros discursos evocados.

Neste campo, três grupos de observações parecem ser as mais pertinentes para a descrição do material em análise.

Um dos verbos mais frequentes na introdução do discurso da Ministra é o verbo *garantir*, com sete ocorrências. É certo que há três grupos de textos que se constroem visivelmente sobre a mesma base textual oriunda da Agência Lusa e que apresentam segmentos decalcados daquele intertexto original, permitindo a repetição das mesmas estruturas e dos mesmos lexemas neste *corpus*. Assim, os textos do *Jornal de Notícias* e do *Público* de 16/10/2010 repetem algumas destas ocorrências, e o uso insistente deste verbo

poderia ser explicado pelas opções idioletais do jornalista daquela agência responsável por aquele texto original (a peça da Agência Lusa sobre a qual foram elaborados os artigos dos dois jornais). Contudo, tais repetições não são transversais a todos os artigos selecionados e, por isso, a validade da observação mantém-se.

Este verbo introduz a voz da Ministra, em todos os casos em discurso indireto, como no exemplo seguinte:

- (4) “Ministra **garante** que projectos ambientais prioritários serão concretizados”
(*Público*, 1/10/2010)

Contudo, em cinco destes casos, o segmento seguinte ao do relato em discurso indireto incorpora um novo verbo introdutor de discurso relatado, em situação anterior (um caso) ou posterior àquele (quatro casos) e que sugere uma reprodução mais próxima do discurso original:

- (5) “A ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, **garantiu** no Gerês, Terras de Bouro, que o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês - que foi muito contestado pelas populações - estará publicado antes do fim de 2010. “O período de consulta pública terminou. Houve muitas sugestões, críticas, negativas e positivas, e, agora, analisados esses contributos e a sua compatibilidade com a legislação comunitária, que é preciso respeitar, está-se a ultimar o documento”, **afirmou.**” (*Jornal de Notícias*, 16/10/2010)
- (6) “Dulce Pássaro **garantiu**, também, que há meios humanos suficientes, **assinalando** que encontrou “pessoas envolvidas e motivadíssimas para fazer o trabalho”” (*Público*, 16/10/2010)
- (7) “A ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, **garantiu** esta semana que o plano de ordenamento, alvo de muitas críticas pelas populações dos cinco concelhos que integram estará publicado até final do ano. “O período de consulta pública terminou. Houve muitas sugestões, críticas, negativas e positivas, e, agora, analisados esses contributos e a sua compatibilidade com a legislação comunitária, que é preciso respeitar, está-se a ultimar o documento”, **afirmou.**” (*Diário de Notícias*, 20/10/2010)

Esta estratégia discursiva parece apontar para a perceção do segmento discursivo que contém o verbo *garantir* como sendo de total responsabilidade do relator (uma sua leitura assumida do ato ilocutório realizado pela Ministra ao prestar determinadas declarações), ao que se segue um segmento que atesta o relatado e fundamenta a interpretação do relator, com um verbo introdutor de discurso mais neutro do ponto de vista avaliativo. Os pares de verbos são *garantir e afirmar* em quatro casos e *garantir e assinalar* em um caso. Note-se que, nos quatro casos em que ocorre o primeiro par de verbos, o enunciado introduzido pelo segundo verbo é composto exclusivamente por um segmento em discurso direto, como se a única interferência do jornalista relator ficasse fora dos limites das aspas que demarcam aquela sequência; no caso do par *garantir e assinalar*, verifica-se que uma parte do segmento introduzido por *assinalar* é igualmente em discurso direto.

Naturalmente, não se defende aqui que o uso de relato em discurso direto exige o relator de responsabilidades enunciativas face ao que relata. Aliás, como já foi sublinhado,³ o discurso direto é um simulacro. Mas a ilusão que envolve o uso de diferentes formas de relato de discurso desempenha o seu papel na troca comunicativa que cada texto realiza.

Acresce que cinco dos casos de uso do verbo *garantir* para introduzir o discurso da Ministra ocorrem em segmentos que traçam uma relação presente-futuro dos estados de coisas configurados, todos marcados pelo uso do Futuro e, por isso, por natureza marcados de alguma dose de dúvida quanto à sua efetivação (e, eventualmente, quanto à sinceridade de quem realiza atos ilocutórios promissivos).

³ Cf., nomeadamente, Maingueneau, 2000, e Duarte, 2003.

A insistência no verbo *garantir* para introduzir a voz da Ministra e traduzir a sua atitude proposicional poderá sugerir que esta busca dotar de uma especial força ilocutória as suas palavras, ficando desta forma bem clara a sua assunção plena, particularmente relevante na realização de atos promissivos. Contudo, uma tal insistência nesta opção lexical, verificada no cotejo de vários artigos de diferentes autores, também poderá permitir a extração do implícito segundo o qual há alguma dose de dúvida que envolve as palavras da Ministra e a sua credibilidade, dose de dúvida que a obrigará a ser particularmente assertiva e a reforçar explicitamente a força ilocutória dos seus enunciados. Desta forma, a voz da Ministra, tal como é apresentada pelo jornalista mediador, surge como contra-discurso de um outro discurso anterior, implicitamente retomado e contrariado. Esse discurso, como foi referido, é o discurso de uma voz comum, normalmente desacreditando as promessas dos políticos, evocando implicitamente a doxa “os políticos mentem” e tal fricção de vozes dá a ver uma das faces do caráter agónico do discurso mediático sobre o ambiente.

Estas deduções não podem basear-se somente na verificação uns quantos casos do verbo *garantir*, obviamente. Ainda que de forma breve, há a assinalar o uso de outros verbos introdutores de discurso que, por opção do relator, pretenderão traduzir a assunção plena e explícita, com especial força ilocutória, dos enunciados dos atores políticos citados nos textos recolhidos. É o caso dos verbos *frisar* (três vezes) e *salientar* (duas vezes⁴), ambos introduzindo a voz da Ministra, assim como do verbo *prometer* (duas vezes), introduzindo a voz de outros políticos.

O efeito de evocação de um discurso original, face ao qual a voz dos políticos se configura como contra-discurso, é identificado numa citação do Secretário de Estado do Ambiente:

- (8) “Questionada sobre a data provável de publicação do documento – já que o plano lhe foi enviado em Março –, a ministra endereçou a resposta para o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa – que se encontrava a seu lado –, tendo este dito que será publicado “ainda este ano, **sem dúvida**”.” (*Público*, 16/10/2010)

O marcador de modalização assinalado, se confere ao ato promissivo realizado uma força ilocutória reforçada, pelos motivos acima expostos, evoca implicitamente a sombra da dúvida sobre a sinceridade, ou sobre a vontade ou a capacidade de cumprir os atos a que se comprometem os detentores de cargos políticos.

No mesmo excerto, uma outra voz comum, velada, é identificável a partir do primeiro segmento entre travessões. Este justifica a pertinência da pergunta dirigida à Ministra e mencionada antes, marcando igualmente a dissonância e a fricção de vozes. Neste caso, a pertinência da pergunta decorre das expectativas de normalidade associadas à ação governativa: se o documento foi enviado ao Ministério sete meses atrás, não é normal que ainda não tenha tido qualquer reação, seja de contestação, seja de aceitação e publicação. A crítica está presente e a evocação destes factos na esfera pública não deixa de pressionar o Ministério no sentido da sua publicação.

Outra das formas difusas de citação funciona através do uso de nominalizações. O caso seguinte ilustra-as:

- (9) “No órgão municipal, recordou-se a **promessa** da ministra do Ambiente, aquando da atribuição dos financiamentos do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos, em criar um Programa Polis para os rios” (*Jornal de Notícias*, 6/10/2010)

A nominalização, nestes casos, constitui uma forma económica de evocar um ato de discurso, com a vantagem argumentativa de o dar como inquestionável. Provavelmente, o leitor deste artigo terá dificuldade em aferir da validade da interpretação das palavras da Ministra enquanto promessa, no momento referenciado pelo texto. Contudo, se tal

⁴ Estes dois verbos apresentam ocorrências em dois textos que são, visivelmente, construídos sobre o mesmo intertexto original, obrigando a alguma prudência na interpretação do número das suas ocorrências.

interpretação é apresentada como dado adquirido, como pressuposto da afirmação que constitui o tópico do enunciado, a tendência será a de a aceitar, de aceitar que houve um discurso anterior e que a sua interpretação era aquela que é agora reatualizada no discurso presente. E, mais uma vez, está em causa a realização de um ato promissivo, com a dose de envolvimento e de exposição da face daquele que o terá realizado.

O excerto seguinte exemplifica um recurso semelhante, atualizando uma voz comum, atribuída à população em geral, e também referindo o produto pelo produtor, num processo metonímico que pode esconder o agente e dar visibilidade ao objeto – o que poderá conferir a todo o procedimento argumentativo maior consistência e poder. Note-se que são múltiplos os instrumentos de criação de fricção entre os discursos em confronto:

- (10) “Apesar da **insistência das populações**, o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), a publicar até ao final do ano, vai continuar a excluir (...)
A ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, garantiu esta semana que o plano de ordenamento, **alvo de muitas críticas pelas populações** dos cinco concelhos que integram estará publicado até final do ano. "O período de consulta pública terminou. Houve muitas **sugestões, críticas, negativas e positivas**, e, agora, analisados esses contributos e a sua compatibilidade com a legislação comunitária, que é preciso respeitar, está-se a ultimar o documento", afirmou.
(...) Uma das medidas mais **contestadas**, e simples, do Plano - a necessidade de que qualquer intervenção tivesse o aval técnico de um dos arquitectos - já terá sido abolida.” (*Diário de Notícias*, 20/10/2010)

Efeito semelhante pode resultar, no excerto seguinte, pelo uso do participio assinalado:

- (11) “Os projetos prioritários da área do Ambiente em curso, apoiados por fundos comunitários, vão concretizar-se de modo a que Portugal não perca estas ajudas, afirmou hoje a ministra da tutela, salientando que a comparticipação nacional está **garantida**.” (*Expresso*, 1/10/2010)

De novo, este segmento mostra o assumir da realização de um ato futuro de forma expressa e com força ilocutória reforçada, dando um pressuposto como adquirido.

Este excerto ilustra igualmente um outro mecanismo polifónico, suficientemente descrito e identificado como o *não polémico*. No texto em causa, este recurso adquire algum relevo, dado que é empregado quatro vezes. O efeito é o de evocar um discurso anterior que afirmaria o contrário do que este contra-discurso assume, ou a dúvida quanto a ele. Como os decisores políticos parecem tão insistentemente empenhados, tal como são apresentados no discurso dos jornalistas, em negar esse discurso anterior, este acaba por ganhar relevo e visibilidade, trazendo à superfície o tom conflituoso das relações que se estabelecem neste campo discursivo.

Finalmente, importa assinalar um conjunto de *verba dicendi* que introduzem a voz de outros decisores políticos. Estes sustentam um discurso que se opõe frontalmente ao da Ministra, mas o jornalista relator faz bem mais do que apresentar as suas palavras, modalizando claramente o seu discurso pela interpretação explícita que realiza. Eis alguns exemplos:

- (12) “Autarcas **queixam-se** de que Governo continua sem autorizar a instalação na região de aerogeradores para produção de energia” (*Diário de Notícias*, 20/10/2010);
- (13) “Neste momento, os animais menos protegidos somos nós, as pessoas”, **insurgiu-se** ao DN o presidente da Junta do Soajo” (*Diário de Notícias*, 20/10/2010);
- (14) “E é uma forma de o ICNB se financiar”, **acusa** Aires Ferreira. (...)

"Teremos de nos candidatar a projectos, que serão avaliados por técnicos em Lisboa, e não na região", **lamenta**. (...)
"É uma situação deplorável, porque essa decisão configura um exercício de menorização das gentes do distrito de Bragança", **acusa** o social-democrata Adão Silva. (...) **Teme** que esse dinheiro "não seja aqui investido" e espera "que haja uma revisão desse despacho".” (*Público*, 27/10/2010)

Nem todos estes verbos são tipicamente classificados como *verba dicendi*, mas parece que haverá um uso metafórico do seu valor semântico para modalizar o discurso e introduzir a voz alheia, sublinhando o lado mais conflituoso da vida pública e intensificando o caráter agónico do discurso sobre o ambiente.

5. Reflexões finais

A observação destas ocorrências sugere uma visão dos políticos oferecida à opinião pública com uma autoridade imanente. Contudo, tal autoridade é imediatamente minada pela evocação explícita ou implícita de um discurso conflituante e desautorizador da voz do político, mesmo (ou sobretudo) quando este é desenhado procurando reforçar a força ilocutória do seu discurso. Contrariamente ao que acontecerá no campo da pura luta política ou ideológica, em que, supostamente, as vozes em confronto gozam de estatutos semelhantes e decorrem do mesmo campo de atividade social, no caso do conflito em torno de questões ambientais, a voz dos decisores políticos confronta-se com a voz comum, inevitavelmente aquela que o leitor do jornal adota como sua.

Esta voz comum interpreta os valores éticos e morais, o bom-senso, o ideal sempre demandado, a verdade, as expectativas de normalidade que cada cidadão constrói, de acordo com a cultura dominante. Trata-se da voz da razão, difusa nos seus contornos concretos, mas inquestionável no seu todo primordial.

Assim, a luta torna-se desigual e mesmo injusta, pois político algum poderá ser visto como vencedor de uma contenda numa narrativa tão fortemente condicionada na sua orientação argumentativa. Poderá, então, dizer-se que *é oferecida ao público, nestes textos, uma credibilidade fragilizada da figura do político*, operação levada a cabo pelo discurso modalizador do jornalista mediador.

Este opera uma seleção das vozes com relevo para se fazerem ouvir na esfera pública, escolhendo, pelo menos no conjunto de textos analisados, aquelas que já são formalmente autorizadas pelo poder instituído.

O jornalista, longe de relatar com uma hipotética e assética isenção o discurso dos decisores políticos, interpreta as intenções e as reações dos protagonistas do discurso público, salientando a dimensão agónica, a dissensão, o conflito de vontades e o choque de interesses.

Neste aspeto, se parece poder afirmar-se que as características do discurso sobre o ambiente na imprensa não diferem significativamente das que são apontadas para a generalidade do discurso político, a evocação da voz comum poderá constituir um traço particular e distintivo, pelo jogo dialógico que promove.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. (1984), “Hétérogénéité(s) Énonciative(s)”, *Langages*, 73, pp. 98-111.
- DUARTE, I. M. (2003), *O relato de discurso na ficção narrativa. Contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- FONSECA, J. (1992), *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Nice, Universidade de Nice.
- JUNG, M. (2001), “Ecological Criticism of Language”, in A. Fill e P. Mühlhäusler (eds.) (2001), *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*, London / New York, Continuum, pp. 270-285.
- MAINGUENEAU, D. (2000), *Analyser les textes de communication*, Paris, Nathan.
- MILLER, S. (1991), *Textual carnivals: the politics of composition*, Carbondale, Southern Illinois University Press.
- MOIRAND, S. (1992), “Autour de la notion de didacticité”, in *Les carnets du CEDISCOR*, n° 1 [Un lieu d’inscription de la didacticité. Les catastrophes naturelles dans la presse quotidienne], Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, pp. 9-20.
- MYERSON, G. e RYDIN, Y. (1996), *The language of environment. A new rhetoric*, London, UCL Press.

RAMOS, R. (2008), “Argumentação e emoção no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa”, in W. Emediato, I. L. Machado e R. Mello (Orgs.) (2008), *Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. Emoções, Ethos e Argumentação*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

RAMOS, R. (2009a), *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

RAMOS, R. (2009b), *The Organization and Functions of the Press Dossier: The Case of Media Discourse on the Environment in Portugal*, in Ch. Bazerman, A. Bonini e D. Figueiredo (eds.) (2009), *Genre in a Changing World*, Fort Collins, Colorado / West Lafayette, Indiana, The WAC Clearinghouse and Parlor Press, pp. 223-242.

RAMOS, R. e CARVALHO, A. (2008), “Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change”, in L. Dam, L.-L. Holmgreen e J. Strunck (eds.) (2008), *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 223-247.

Anexo 1

Lista dos artigos jornalísticos constitutivos do corpus:

1. Ambiente: Projetos prioritários em curso com apoio comunitário concretizam-se para não se perder ajudas - ministra (*Expresso*, 1/10)
2. Ministra garante que projectos ambientais prioritários serão concretizados (*Público*, 1/10)
3. Obras no rio Tinto podem começar depois do Inverno (*Jornal de Notícias*, 6/10)
4. Plano para o Gerês até ao final do ano (*Jornal de Notícias*, 16/10)
5. Peneda-Gerês terá novo plano de ordenamento ainda este ano (*Público*, 16/10)
6. Análises a resíduos de Gondomar ainda não foram realizadas (*Público*, 17/10)
7. Eólicas excluídas do Parque Nacional do Gerês (*Diário de Notícias*, 20/10)
8. Autarcas contra entrega da gestão do fundo ambiental da barragem do Baixo Sabor ao ICNB (*Público*, 27/10)
9. Baixo Sabor: Deputados PS e PSD contra "comportamento de rapina" e "desvio" do fundo financeiro para ICNB (*Expresso*, 28/10)
10. PS e PSD contra entrega da gestão do fundo da barragem do Sabor ao ICNB (*Público*, 28/10)